

ILUSÕES DA POLÍTICA: CAMPANHAS, PARTIDOS, DIREITA, ESQUERDA

AS CAMPANHAS E SEUS MALES: O FINANCIAMENTO
 — A DURAÇÃO DA CAMPANHA — O PAPEL DO MARKETING
 — SISTEMA ELEITORAL E CUSTO DE CAMPANHA —
 FINANCIAMENTO PÚBLICO E PRIVADO — VOTO
 DISTRITAL E PAROQUIALISMO — SISTEMA PARTIDÁRIO
 EUROPEU E AMERICANO — A FORÇA DAS IDÉIAS
 E A FORÇA DAS LIDERANÇAS — PULVERIZAÇÃO
 E CONCENTRAÇÃO DO QUADRO PARTIDÁRIO BRASILEIRO
 — OS PERIGOS DO CRESCIMENTO DO PSDB — A FALTA
 QUE A DIREITA FAZ — OS POLÍTICOS DE COSTAS
 PARA O MERCADO — DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS
 ENTRE DIREITA E ESQUERDA — “O PT PRECISA CONVERSAR
 COMIGO” — NO CENTRO, SEM VERGONHA — ADENDO:
 DIREITA, IGUALDADE E INCLUSÃO

14/11/97

Pergunta - *Do jeito que vão, as campanhas políticas não acabarão por arruinar a democracia?*

Resposta - Aqui e no mundo. Primeiro, pelo financiamento. A desmoralização das instituições republicanas, em muitas partes do mundo, começa na pergunta: “De onde vem o dinheiro de campanha?”. Isso ocorre, ou já ocorreu, em

1
 Mário Covas: ver nota 18
 do capítulo 5. A campanha
 nacional em que Covas se
 envolveu foi a candidatura
 à Presidência da
 República, em 1989.

dado momento, em quase todos os países — na Espanha, na França, na Itália, em Portugal, nos Estados Unidos. Por quê? Porque se custou a admitir, primeiro, que a política custa, que campanha tem gastos. E, segundo, que quem paga é quem tem. A resposta para isso? Alguns sugerem o financiamento público de campanha. É um caminho. Eu mesmo apresentei uma proposta nesse sentido, no Senado, com outros senadores, há tempos. Recebi em troca um editorial da *Folha* que nos acusava de querer mais uma mordomia: “Dinheiro do povo vai para a campanha”. Pode vir mesmo a ser abusivo. Para ter o financiamento público de campanha, precisamos primeiro baratear as campanhas. Senão o povo não agüenta.

P - *Elas precisam ser tão caras?*

R - Não. Vou contar um fato. Há muito tempo, não me lembro se na campanha do Mário Covas ou de algum outro, mas uma campanha nacional, nós nos reunimos em São Paulo e um dos participantes da reunião disse: “Vai custar x ”.¹ Eu disse: “Só se for para alguém roubar!”. “Não, mas custa...” A discussão era para fazer uma previsão. Então, fomos detalhar esses custos. Não conseguimos chegar senão a uma quinta parte daquele x . E depois, na campanha, arrecadamos só a metade da quinta parte do x . Tenho uma velha teoria sobre esse assunto. Quando se aproxima a campanha, começa-se pela mídia a dizer que ela será caríssima. É aí que começa a funcionar o mecanismo de torná-la cara. Não que a mídia tenha consciência disso, mas é ela que dispara o mecanismo. Aí vem a notícia de que o candidato tal vai gastar tanto, que o marketeiro cobra não sei quanto — e os números vão subindo. É um momento em que certos setores da sociedade ganham muito, porque se cria um clima de que é assim e tem que ser assim. Se fulano recebe x , o outro tem que receber x mais Delta y , e lá vai. Há uma espécie de endeusamento de certos profissionais. O político não está corrompendo, nem está sendo corrompido. É o

mercado que está exigindo preços absurdos para a prestação de serviços profissionais. Por outro lado, toda vez que você tenta diminuir o período de campanha...

P - *O senhor acha que a duração é importante nisso?*

R - É básica. Diminuindo a duração, barateia-se a campanha. Se você diminuir o número de emissões de televisão, barateia. Todo mundo sabe que há uma curva de audiência nas campanhas. Essa curva começa baixa, depois sobe e, a partir de um certo momento, cai. Quanto mais se espicha a duração das emissões, mais se faz propaganda à toa. Todo mundo sabe também que muita exposição na televisão é fator negativo. Só os políticos resistem a entender isso. Há uma ilusão de que, ao aparecer na mídia, ganha-se. Não, a mídia pode também arruinar. Veja as discussões no Congresso. Muitos lá acham que é democrático ter muito tempo à disposição, e obrigar todo mundo a ver. São dois equívocos. Agora, o Congresso reduziu o período de campanha e o tempo de exposição. Isso barateia.²

P - *Também há o hábito de distribuir camisetas, bonés... Isso funciona?*

R - É outro tipo de propaganda inútil, com um custo que ninguém avaliou ainda. Papel, santinho, isso tudo, depois da mídia eletrônica, é de uma utilidade muito questionável. As batalhas de boca de urna — qual é o efeito delas? Não são feitas de má-fé, são uma tradição. Mas custam.

P - *O senhor seria capaz de citar o exemplo de um profissional de marketing que realmente foi decisivo? Sem o qual o candidato não teria ganho?*

R - Acho que no caso de São Paulo, na campanha do Pitta, houve muita competência. Na minha, para presidente, também.

2

A lei eleitoral aprovada em setembro de 1997 estabeleceu que a propaganda política gratuita no rádio e na televisão, relativa às eleições de 1998, terá a duração de 45 dias. Antes, o período de propaganda era de sessenta dias.

3

Celso Pitta (1946), economista e político nascido no Rio de Janeiro, com carreira em São Paulo. Prefeito de São Paulo desde 1997. A campanha eleitoral em que concorreu ao posto foi coordenada pelo publicitário Duda Mendonça. A campanha de Fernando Henrique Cardoso à Presidência foi coordenada pelo publicitário Nizan Guanaes.

4

Voto distrital misto é a fórmula como é conhecida, no Brasil, a mistura entre os sistemas majoritário e proporcional para a eleição dos deputados. Pelo sistema majoritário, divide-se o país em distritos e cada um deles elege um deputado — aquele que obtiver a maioria dos votos. Pelo sistema proporcional, várias candidaturas se apresentam, numa circunscrição maior (o Estado, no caso brasileiro), e as vagas no Parlamento são distribuídas proporcionalmente à votação que cada partido obteve. Nos Estados Unidos, vigora o sistema majoritário. No Brasil, o proporcional. Na Alemanha, vigora o sistema misto, pelo qual metade do Parlamento é eleita de forma majoritária, em distritos, e a outra metade de forma proporcional.

P - *Mas o decisivo não foi a popularidade do antecessor e padrinho de Pitta?*³

R - O marketeiro não faz você ganhar. Ele pode arruiná-lo, mas não faz ganhar. Você pode ganhar melhor, pode ter vantagens — mas as condições decisivas são as políticas.

P - *Ele é realmente necessário, esse profissional?*

R - Você precisa de alguém que lhe dê boas orientações no modo de falar, de se apresentar. Uma coisa extremamente perigosa são esses spots na televisão. Aí você vira sabonete mesmo. Sou contrário a isso. A melhor proposta que já vi foi do Mário Covas, há um tempo — fazer o candidato falar ou debater sem truques, expondo-se sozinho. Agora, a televisão tem uma linguagem diferente das outras. Como fazer campanha sem lançar mão dos instrumentos da televisão? É difícil. Em suma, não acho que o marketing ganhe eleição. O PT sempre fez campanhas muito boas, do ponto de vista do marketing, e nem sempre ganhou.

P - *Além de elevar o custo, o marketing não contribui para esvaziar o conteúdo da campanha? Sem debate, sem prioridade a uma boa exposição de idéias, os conteúdos virtualmente não desaparecem?*

R - Desaparecem. A campanha passa a ser uma espécie de galvanização de sensações. Se acha que o povo está querendo isso ou aquilo, o candidato emite esse ou aquele sinal. Agora, voltando à questão do financiamento, o melhor seria o financiamento público. Mas, para isso, teríamos que mudar o sistema eleitoral. Na Inglaterra, o custo da campanha é infinitamente mais baixo do que aqui ou nos Estados Unidos, por causa do sistema eleitoral. Entre outras razões, sou favorável ao voto distrital misto por isso.⁴

P - *Nos Estados Unidos, o sistema também é distrital e as campanhas são caras.*

R - Mas o deputado lá sai mais barato do que aqui, não tenha dúvida. O custo global da campanha é mais barato. Com o voto distrital misto, há menos candidatos e o eleitor pode saber o que está em jogo, além das pessoas. O primeiro passo para moralizar essa questão do custo das eleições seria mudar o sistema eleitoral. Depois, diminuir o tempo de campanha. Na Europa, são vinte dias. Com a mídia eletrônica, o povo acompanha tudo. Será que o povo não sabe quem é Lula, Brizola, Sarney, Itamar, Fernando Henrique? Sabe. Mesmo um candidato novo, o povo logo aprende quem é. Mas há uma confluência de interesses que acaba alongando as campanhas. Os candidatos e os partidos ficam aflitos e acham que precisam de tempo. A mídia gosta porque rende matéria, preenche o tempo. O pessoal do marketing político porque é a profissão deles. E os financiadores porque acham que assim os candidatos ficam na mão deles. A partir daí, imaginam-se números extraordinários. Houve um progresso, no Brasil, no sentido de que hoje se pode declarar o quanto se recebeu, e de quem se recebeu. Não tive um único problema com o financiamento da minha campanha eleitoral, não houve uma acusação...

P - *Houve acusações de que sua campanha foi muito cara.*

R - Isso é outra coisa. Não houve acusação de ilegalidade. Por quê? Porque havia um “livrão” em que se registrava quem pagou cada coisa. Está tudo lá. Havia uma regra, no passado, de que empresa não podia financiar. Ora, só quem tem dinheiro é empresa. Então, vivia-se uma farsa. A empresa financiava pelo caixa dois. Nesse sentido, houve um avanço. Na minha campanha, fiz questão de que declarassem o custo real. Por isso disseram que foi cara. Foram quarenta e poucos milhões de reais. Disse: “Vamos declarar o custo real da campanha, mesmo que seja muito. O outro

vai dizer que gastou oito ou dez, mas é mentira”. Se você disser ao país: “Vai custar 100 milhões e os que estão pagando são estes aqui”, o país aceita. Se disser: “Vou gastar 10 milhões e estou tirando só destes”, depois começam as denúncias e é pior. O financiamento público provocaria uma mudança de mentalidade muito grande. Mas há um problema: não se pode ter financiamento público enquanto não houver limites à criação de partidos. Ia-se começar a criar partidos para obter dinheiro. Para haver financiamento público, temos que ter outro sistema eleitoral e outro sistema partidário. Enquanto isso não acontece, o melhor é o que eu disse: transparência. Mostra-se quem deu e quanto.

P - Falando de reforma eleitoral, o voto distrital não tornará o Congresso ainda mais paroquial do que já é?

R - Tem que ser distrital misto.

P - Mesmo misto.

R - Mais paroquial? O presidente Clinton me disse que, no Congresso americano, há mais de cem parlamentares que nunca tiraram passaporte. E decidem sobre o mundo...

P - Decidem sobre o mundo, mas com os olhos em sua circunscrição eleitoral...

R - Tomam a decisão e acabou. Eles tomam decisões sobre política internacional via lei doméstica. Isso é um problema da democracia. Como a democracia é o governo da maioria, e como a maioria não tem interesse por problemas que não sejam os paroquiais, e talvez nem mesmo a formação para ir além deles, teremos sempre essa tensão.

P - Aí entraria o papel dos partidos, que são frutos de uma tradição européia. Eles não existem exatamente para genera-

lizar os problemas e combater a tendência a paroquializar a política?

R - Eis aí o x da questão. Você perguntou: “O voto distrital vai tornar o Congresso mais paroquial ainda?”. Não acredito, porque, sendo misto, temos a lista dos partidos.⁵ Você colocaria na lista os candidatos com interesse e vocação para as questões nacionais. Hoje não existe isso. Só por acaso uma pessoa com interesse pelas questões nacionais se elege. Já houve no Brasil uma regionalização do voto, uma distritalização no mau sentido. Há deputados que têm distrito eleitoral fechado. Como houve essa regionalização, o que acontece? O contrário do que uma parte da esquerda pensa. O sistema hoje funciona em detrimento das grandes massas urbanas. Os habitantes da cidade de São Paulo são representados por quantos deputados? Um, dois? Com o voto distrital, São Paulo vai ter, digamos, dez ou vinte distritos, talvez até mais, e vai eleger um deputado por distrito. Será que eles serão mais provincianos, mais paroquiais do que os eleitos pelo atual sistema?

P - Pode-se garantir que as listas dos partidos, que elegerão a outra metade do Congresso, serão preenchidas por candidatos realmente atentos às questões nacionais?

R - Aí há outra questão séria. A democracia representativa consolidou-se na Europa e nos Estados Unidos. E de maneira diferente, num e no outro caso. Nos Estados Unidos, prevaleceu o espírito da comunidade, da comuna. Da coesão, da religião. Até hoje é assim. Pesa mais a comuna do que a idéia geral. Fora alguns conceitos gerais, que grosso modo estão na Constituição, porque são consensuais, não há discussão sobre os grandes temas. Na Europa é o contrário. Há discussões sobre os grandes temas, e elas são feitas por meio dos partidos. O partido é o quê? Primeiro, é uma idéia, um valor, um conceito. Depois, ele agrega interesses. E depois, é uma organização. Nessa ordem: ele é uma

5

Pelo sistema de listas, adotado em grande parte dos países onde vigora a eleição de deputados pelo voto proporcional, em vez de se votar num candidato, individualmente, vota-se na lista apresentada pelos partidos, organizada pela ordem de preferência desse mesmo partido com relação a seus diferentes candidatos. Assim, o partido colocará no topo da lista os candidatos em cuja eleição tem mais interesse. Realizada a eleição, se o partido A obteve 10% dos votos — e supondo que estejam em jogo cem vagas de um Parlamento —, terá direito, de acordo com a proporcionalidade que rege o sistema, a dez vagas. Os eleitos serão então os dez primeiros nomes de sua lista.

idéia, agrega interesses e se organiza. E isso tudo precisa ser equilibrado. Se um partido tem muita idéia e se esquece da agregação de interesses, fica ideológico e se distancia das questões concretas. Se agrega muitos interesses, fica corporativo. E se dá muito peso à organização, a burocracia domina. Mas partido na Europa são essas três coisas, grosso modo. Classicamente, é assim. O primeiro elemento é a idéia. Você começa a separar os partidos pelas idéias.

P - E nos Estados Unidos não é assim?

R - Nos Estados Unidos nunca foi assim. A Constituição americana, grosso modo, resume as aspirações nacionais. Faz as vezes das idéias, que são as mesmas da Revolução Americana. A Revolução Americana ainda está aí. Por outro lado, como se trata de uma sociedade altamente mediatizada, a liderança — o ator — assumiu mais força do que a máquina e do que a idéia. No Brasil, como há ausência de idéias fortes, que discriminem os partidos, e a sociedade é mediatizada, estamos indo mais para o lado americano. A sociedade de massa projeta o líder e diminui a força do burocrata. Veja que no PT os mais ligados a estruturas de aparelho não queriam o Lula como candidato, mas tiveram de ceder. Por quê? Porque o Lula, nesse aspecto, é renovação. Ele, como tem liderança, pode se contrapor à burocracia do partido. No dia em que o PT optar por um candidato burocrata, o partido acaba. O que o salva é alguém que simbolize, e o Lula simboliza.

P - Mas o Brasil não tem a base comunitária da sociedade americana.

R - Não tem. Então, o que acontece? Esse jogo de espelhos, que é a luta política. Quer dizer, vai-se para o lado pessoal. Faltando essa base de comunalidade e faltando, por outro lado, uma distinção clara de idéias, de caminhos, ficamos na pobreza dos ataques pessoais.

P - *O sistema americano tem como característica importante ser bipartidário. Estaríamos caminhando também para isso?*

R - Não acho. Mas vejo uma tendência a diminuir, no Brasil, a pulverização dos últimos anos. Existem hoje, grosso modo, cinco partidos: o PMDB, o PSDB, o PFL, o PPB e o PT. Ao redor do PT há o PCdoB e o PSB e mesmo o PDT, e ao redor dos quatro primeiros o PTB. O PPS não chegou ainda a ter expressão. Então, o quadro está diminuindo. Mas não está ainda representando valor, conceito. Pode ser pretensão da minha parte, mas conceito, idéia, quem tem hoje somos nós.

P - *Nós quem — o governo ou o PSDB?*

R - O governo. Devo dizer com franqueza que o governo saiu do PSDB. Nossos economistas são todos do PSDB: o Bacha, o André, o Mendonça.⁶ Pertencem todos a uma certa intelligentsia que girava em torno do antigo MDB e que foi para o PSDB. O programa do PSDB foi basicamente escrito pelo Serra e por mim, depois de discussões com o André, o Bacha, o Hélio Jaguaribe, o Bresser.⁷ Foi um núcleo de idéias, de conceito. Não se move o mundo sem conceito. Se você voltar ao discurso do Mário Covas chamado “Choque de capitalismo”, verá que as idéias gerais do atual governo estão lá.⁸ Alguém disse: “Vocês estão fazendo o que o Collor fez”. Não, antes do Collor já dizíamos isso.

P - *O PSDB não está repetindo uma velha trilha da política nacional: crescer e se desfigurar?*

R - Eu disse sempre o seguinte: o PSDB tem que ser o partido da convicção. O número não importa, o número nós obtemos fazendo alianças. Dizia isso cada vez que me traziam novos quadros do partido: “O partido tem que ser o partido da convicção”. Convicção é vestir a camiseta do governo e brigar. Ou então se deixa o governo, não se candidata. Não se pode ficar na dúvida. Alguns se assustavam com qual-

6

Edmar Bacha: ver nota 7 do capítulo 5.

André Lara Resende: ver nota 9 do capítulo 5.

José Roberto Mendonça de Barros (1944), economista paulista. Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda do início do governo Fernando Henrique Cardoso até abril de 1998, quando foi nomeado secretário executivo da Câmara do Comércio Exterior.

7

Hélio Jaguaribe: ver nota 22 do capítulo 6.

Luis Carlos Bresser Pereira: ver nota 8 do capítulo 5.

8

Ao anunciar sua plataforma de candidato à Presidência da República, no dia 28 de junho de 1989, o então senador Mário Covas, falando no plenário do Senado, disse que o Brasil não precisava apenas de um choque fiscal. “Precisa, também, de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios.” A expressão “choque de capitalismo” marcou a campanha de Covas, desde então.

quer grito da chamada esquerda. Não tinham convicção do que estávamos fazendo, sentiam vergonha. Não têm por que sentir vergonha do que estamos fazendo. Não têm que ficar se desculpando. Se estamos aliados a esse ou aquele, sabem a razão disso. Explico sempre a razão. O PSDB conseguiu chegar à Presidência da República e a vários governos não porque tinha número, mas porque tinha idéia. Num dado momento, o PSDB tentou ser majoritário no Congresso. Isso tem a ver com a dinâmica do Congresso, não com a do país ou a do governo.

P - *O Congresso tem outra dinâmica?*

R - Lá a questão é quem vai ganhar a Mesa, quem vai ser isso, quem vai ser aquilo. Precisa-se de número. Essa é uma tensão permanente. Os partidos querem ter influência no Congresso, e para isso é preciso ter número. Minha posição é mais fácil — posso ter número com os outros. Compreendo as razões deles, mas se o PSDB inchar, perde — não digo a eleição, mas perde, digamos, a capacidade propulsora. As lideranças mais responsáveis do PSDB partilham desse ponto de vista.

P - *O senhor diz que não há direita no Brasil. Não seria bom, para o senhor, ter uma direita?*

R - Não posso inventar a direita.

P - *Se o senhor tivesse uma oposição pela direita, isso não ajudaria a definir o quadro partidário e, também, a tornar mais clara a identidade de seu governo?*

R - Mas eles não são direita. Não têm o conceito, não adianta. Os partidos, do ponto de vista do conceito, são mais ou menos a mesma coisa. O PMDB tem tinturas mais nacionalistas. O PSDB mais social-democratas. O PPB, qual é a tintura? O PFL tem mais jeito de um partido de centro-direita,

mas quer ter cada vez mais uma coloração social. Além disso, é um partido que também nasceu no Estado. Costumo dizer que se devem fazer duas perguntas ao político brasileiro. A primeira é: ele sabe que existe mercado? Uma boa parte acha que o mercado depende do governo, e que o governo fabrica dinheiro. Segunda: ele sabe que o Estado não foi feito para seus amigos e familiares? Esse é o corte no Brasil. É um corte atrasado, e atravessa todos os partidos. Até posso me complicar politicamente com o que estou dizendo, mas muita gente no PFL não tem nada a ver com liberalismo. Porque nasceu no Estado, ou muito próximo do Estado.

P - *O PPB tem Roberto Campos e Delfim Netto. Eles não encarnam uma direita?*⁹

R - O Roberto Campos é um liberal. O Delfim não. No poder, não foi.

P - *Mas eles não encarnam uma direita?*

R - Mas qual é o significado disso, hoje, a não ser na nossa cabeça de intelectuais? Ou nas nossas cabeças formadas no passado? Estava lendo uma entrevista do Anthony Giddens.¹⁰ Ele dizia que essa classificação de direita/esquerda atrapalha, porque sua proposta é o que ele chama de “centro-radical” — o novo Labour. Essas classificações à primeira vista parecem ajudar, pelo menos a nós, que temos noção dessas coisas. Parecem um previsor de comportamento. A direita é tipicamente mais autoritária, não é isso? Nem toda. Há um conservadorismo que não é autoritário. Ela é mais favorável ao mercado e, em tese, seria menos favorável à igualdade. Por outro lado, há pessoas consideradas “de esquerda”, como Brizola, que vão para a televisão e defendem o Getúlio. Dizem: “Eu gosto do Getúlio de 54”. Não, não. As idéias que ele está defendendo são do Getúlio do Estado Novo.¹¹ E por quê? Porque temos um autoritarismo de es-

9
Roberto Campos (1917), economista, diplomata e político nascido no Mato Grosso. Embaixador em Washington (1961-64) e Londres (1975-82). Ministro do Planejamento no governo Castelo Branco (1964-67). Senador pelo Mato Grosso (1983-91). Deputado pelo Rio de Janeiro desde 1991. Um dos principais defensores do liberalismo econômico no Brasil. Autor de *A lanterna na popa — Memórias* (1994). *Delfim Netto*: ver nota 1 do capítulo 5.

10
Anthony Giddens: ver nota 8 do capítulo 10.

11
Estado Novo: ver nota 3 do capítulo 11.

querda, que vem do bolchevismo... Brizola nunca foi bolchevista, nem coisa nenhuma, mas tem a idéia do Estado forte, que não era alheia à esquerda. Então, você encontra pessoas que querem o Estado forte de um lado e do outro do espectro. No Estado Novo, é claro que você tinha a direita. O Estado Novo era de direita, embora fosse populista e, no final, mais favorável aos trabalhadores.

P - *Tinha um componente fascista, também.*

R - Fascista também. Com atenção ao trabalhador, mas fascista. E com uma visão do Estado comandando tudo.

P - *Ser de direita não implica dar as costas aos trabalhadores. Mussolini tinha muita atenção para com eles.*

R - Não. A questão é a forma dessa relação com os trabalhadores, e isso passa pela noção de como se usa o Estado. Usa-se muitas vezes a autoridade do Estado sem dar atenção ao mercado. Muito freqüentemente a direita é antimercado. Roberto Campos, que você citou, é liberal. Mas ele é um dos poucos realmente liberais. Ele não tem essa visão autoritária.

P - *Mas trabalhou para o regime autoritário.*

R - Quase toda a nossa classe dominante se acomoda ao governo. Mas o que estou dizendo é que ninguém reivindica que o político se defina como de direita ou de esquerda. Seria bom que reivindicasse? Talvez até fosse — clareia —, mas ninguém está reivindicando. O eleitor não vota nos candidatos porque são de direita, ou passaram pelo regime de direita. Vota porque gosta deles, porque não sei o quê. Também não há esquerda, nas eleições. Ou você acha que o eleitor do Lula vota nele porque ele tem uma visão de esquerda? Vota no Lula por outras razões, porque simboliza o trabalhador, talvez — é um motivo.

P - *Qual a evolução que o senhor consideraria ideal, no que se refere ao quadro partidário?*

R - Gostaria que os partidos tivessem mais valores, idéias, conceito. Isso começaria se houvesse um diálogo entre o governo e a esquerda — a esquerda neste caso é o PT —, para cristalizar, para dizer onde está a diferença. Uma discussão que saísse da ideologia e viesse para o conteúdo, para as coisas práticas. Onde está a diferença? Se aqui há diferença, que votem contra. Mas, se não há diferença, que votem a favor. Se isso acontecesse, a direita se formaria. Porque ela não vai gostar de que o governo dialogue com a esquerda. É a única maneira de formar a direita. Eu não tenho com quem dialogar à direita. Com a direita não dialogo — ela adere. Como ela não tinha um projeto em marcha, somou-se a este que aqui está. Respeito o PFL. O PFL tem um projeto de partido e não aderiu — escolheu um caminho.

P - *De partido ou de poder?*

R - De poder, mas que passa pelo partido. Todo partido tem que ter um projeto de poder. O liberalismo não funciona no Brasil, nem vai funcionar. Por quê? Por causa da desigualdade. Ninguém vai acreditar que o mercado resolva, nem que, sem o Estado, a coisa avance. Não dá para haver um partido liberal puramente, e o PFL sabe disso. O PSDB, na minha cabeça, é um partido que sabe que o mercado existe mas acredita que o Estado tem que existir também, e que para ser mais eficiente tem que desinflar. Se o PSDB tiver essa convicção, e não só abstratamente, ganha um espaço. Qual? Tony Blair diz que o Labour é um partido de centro olhando para a esquerda.¹² O PSDB teria que se situar nesse mesmo espaço: no centro, olhando para a esquerda. No Brasil as pessoas têm horror de dizer que são de centro. Na verdade, numa sociedade moderna, ou você tem um forte bloco no centro ou um dos lados se impõe ao outro. Não tenho vergonha de dizer isso. O espaço do PSDB é no cen-

12

Tony Blair (1953), político britânico. Líder do Labour Party, ou Partido Trabalhista, e responsável por sua renovação ideológica. Primeiro-ministro desde maio de 1997.

tro, sim — olhando para a esquerda. E o PFL? Pode ser um partido de centro olhando para a direita. Agora, tem que haver uma esquerda e uma direita. A esquerda existe. A direita, não. Isso tudo pode soar muito abstrato. Estou dizendo como gostaria que fosse. Para isso, precisaria conversar com a esquerda, e a esquerda não quer conversa. Na medida em que não quer conversa, paradoxalmente, me fortalece. Não do jeito que eu queria, mas me fortalece, e anula a direita.

ADENDO: DIREITA, IGUALDADE E INCLUSÃO

20 / 11 / 97

P - *O senhor diz que não há direita, no Brasil.*

R - ...política.

P - *Mas há uma prática de direita, não há?*

R - Há. Há uma prática conservadora. Se você quiser chamar o atraso de direita, então a direita é enorme no Brasil. Na verdade, esquerda e direita já não significam progresso e atraso, porque há atraso na esquerda também. Mas há uma prática conservadora. Ela não é uma direita política, ela não formula valores de autoridade, não formula que os valores de mercado devem se sobrepor ao social. Não formula, nem acredita nisso. Agora, em termos, digamos, sociais, não tenha dúvida de que essa direita existe. É fisiológica e conservadora.

P - *O neoliberalismo é direita?*

R - Claro que sim. Por isso, fico sempre contra quando se diz que o governo é neoliberal. É um conservadorismo mo-

dernizado, que não tem compromisso fundamental com a mudança social. Com a mudança, sim, mas para reforçar o mercado, e não a igualdade. Não tem compromisso com a idéia de igualdade. E nem com a idéia de inclusão. São duas coisas diferentes. Nossa condição, no Brasil, não permite ainda diminuir de maneira significativa as desigualdades entre os grupos de renda. Mas é preciso incluir mais gente, nem que seja na camada mais baixa, e temos que aumentar o piso de renda. Mesmo que o teto suba, se subir o piso, alivia. São duas demandas. Uma de igualdade, outra de inclusão. Podem ir numa mesma direção, mas não são a mesma. A direita não está comprometida nem com uma, nem com outra. Há, aliás, mais horror à igualdade do que à inclusão. A direita é menos exclusionista e mais inigualitária.

P - Quer dizer que, para aceitar a igualdade, vai demorar muito?

R - Nosso problema ainda é tão fortemente a inclusão que a igualdade não aparece como eixo de separação política. E, na questão da inclusão, é mais fácil estar de acordo, pelo menos nas palavras. Ninguém vai ser a favor do analfabetismo, ou do desemprego, ou de que o pessoal fique sem terra. Quer dizer: sem terra já não sei, porque envolve a propriedade.